

A prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda: contribuição dos fundamentos da profissão e das dimensões da categoria trabalho*

The practice of the occupational therapist in work and income generation initiatives: contributions from the profession's fundamentals and the work category dimensions

Giovana Garcia Morato¹, Isabela Aparecida de Oliveira Lussi²

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i1p66-73>

Morato GG, Lussi IAO. A prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda: contribuição dos fundamentos da profissão e das dimensões da categoria trabalho. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*. 2015 jan./abr.;26(1):66-73.

RESUMO: Os terapeutas ocupacionais vêm buscando aprimorar-se e legitimar-se como profissional diante das mudanças ocorridas no campo da saúde mental e assim vêm aperfeiçoando suas intervenções no nível de prevenção e promoção de saúde, tratamento, reabilitação e inclusão social. Este estudo é um recorte da pesquisa de mestrado cujo objetivo geral foi investigar a prática dos terapeutas ocupacionais que trabalham em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental no estado de São Paulo. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do qual participaram 16 terapeutas ocupacionais que atuam em iniciativas de geração de trabalho e renda destinados a usuários da saúde mental no Estado de São Paulo. Para a coleta de dados utilizou-se 2 instrumentos, um questionário semiestruturado e um roteiro de entrevista semiestruturado. Os dados provenientes dos questionários foram analisados de maneira descritiva e as entrevistas foram submetidas à técnica de Análise Temática. Foi possível verificar a concepção amadurecida, por parte das profissionais, acerca da compreensão da atividade e do trabalho nestes contextos que rompem com a concepção terapêutica, demonstrando uma prática condizente com os pressupostos da reabilitação psicossocial e com o que vem sendo preconizado pela política de inclusão social pelo trabalho.

DESCRIPTORIOS: Terapia ocupacional; Trabalho/economia; Saúde mental; Reabilitação vocacional/economia; Renda; Reabilitação.

Morato GG, Lussi IAO. The practice of the occupational therapist in work and income generation initiatives: contributions from the profession's fundamentals and the work category dimensions. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*. 2015 jan./abr.;26(1):66-73.

ABSTRACT: Occupational therapists have been seeking to enhance and legitimize himself as a professional in face of the reoccurring changes in the field of mental health, thus they have been perfecting their interventions in the scope of prevention and promotion of health, treatment, rehabilitation and social inclusion. This study is part of a Master's research in which the general objective was to investigate the practice of the occupational therapists working in initiatives of work and income generation in the scope of mental health in São Paulo State, Brazil. This is a qualitative study which was attended by 16 occupational therapists working on initiatives to generate work and income intended for users of mental health in the state of São Paulo, Brazil. For the collection of data we have used two instruments, a semi-structured questionnaire and a semi-structured interview script. The data from the questionnaires were analyzed descriptively and the interviews were subjected to thematic analysis technique. It was possible to verify the mature conception from the professionals regarding the understanding of the activity and work in these contexts those break up with the therapeutic conception, demonstrating a practice consistent with the principles of psychosocial rehabilitation and with what is being advocated by the social inclusion policy at work.

KEYWORDS: Occupational therapy; Work/economy; Mental health; Rehabilitation, vocational; Income; Rehabilitation.

* Este estudo é parte da dissertação de mestrado defendida pela primeira autora junto ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, a qual contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1. Mestre em Terapia Ocupacional pelo Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.
2. Doutora em Ciências, Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. Membro da equipe do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol/UFSCar.

Endereço para correspondência: Universidade Federal de São Carlos - Departamento de Terapia Ocupacional. Rodovia Washington Luiz, Km 235, SP-310. CEP: 13565-905. São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: giovana_morato@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da importância do trabalho para os usuários da saúde mental passa a ter destaque, no Brasil, no âmbito do processo de Reforma Psiquiátrica, movimento que segundo Amarante¹ teve início no final da década de 1970, no contexto de redemocratização do país. Compreendida como um processo político e social complexo, a Reforma Psiquiátrica configurou-se num “conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais” (p.6)².

Delgado³ considera que a Reforma Psiquiátrica não se reduz ao desafio de superação dos manicômios e à criação de serviços outros, mas deve ser capaz de fazer emergir o que há de positivo nas pessoas que vivenciam o sofrimento mental e que, por vezes, são vistas apenas pelos seus aspectos negativos. É sob esta perspectiva que o autor considera a proposição da inclusão social pelo trabalho, por meio das oficinas de geração de renda e das cooperativas, dispositivo altamente eficaz.

Segundo Amarante⁴, foi no âmbito das mobilizações por transformações na assistência em saúde mental que foram criadas várias associações e cooperativas. A partir da década de 1990⁵, surgiram as primeiras iniciativas de geração de trabalho e renda para usuários da saúde mental no Brasil.

Um avanço importante para a consolidação destas propostas foi a instituição, em 2005, do Grupo de Trabalho Interministerial com vistas a construir e implementar a política de inclusão social pelo trabalho. Assim, deu-se início ao denominado Projeto de Inclusão Social pelo Trabalho em Saúde Mental, uma parceria entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego⁶.

Destaca-se que a perspectiva de trabalho proposta para usuários da saúde mental discutida neste estudo está fundamentada nos pressupostos da reabilitação psicossocial que tem como principal autor Saraceno¹².

O trabalho compreendido como direito e promotor de trocas sociais proposto aos usuários no âmbito da saúde mental deve evidenciar os princípios da inclusão social previstos pela Reforma Psiquiátrica. Nessa direção, as experiências de geração de trabalho e renda têm exercido papel importante no processo de reabilitação psicossocial, uma vez que têm possibilitado às pessoas com um nível menor de habilidades e com variados graus de autonomia exercerem atividades de trabalho e receberem por isso⁷.

Tais transformações redirecionaram a atuação das equipes de saúde mental, nas quais se incluiu o terapeuta ocupacional. No início dos anos 1980, no âmbito nacional, vários terapeutas ocupacionais participaram de projetos transdisciplinares com o intuito de transformação

das instituições. Em linhas gerais, preconizaram o aprofundamento da discussão acerca da instituição manicomial como agente de exclusão, das práticas de dominação características destas instituições, da negação do técnico como legitimador desta prática e da necessidade de mudança nas relações institucionais, possibilitando a restituição da cidadania das pessoas⁸. Neste contexto, o terapeuta ocupacional passou a desenvolver práticas novas redes de serviços⁹, de forma a aderir e participar das transformações propostas para o campo da saúde mental. Ou seja, a prática passa a preconizar a intervenção articulada aos dispositivos territoriais e sociais dos sujeitos, transpondo o interior dos serviços.

Nesse percurso, os terapeutas ocupacionais vêm buscando aprimorar-se e legitimar-se como profissional diante das mudanças ocorridas no campo da saúde mental e, assim, vêm aperfeiçoando suas intervenções no nível de prevenção e promoção de saúde, tratamento, reabilitação e inclusão social¹⁰. Nesse sentido, nos atuais serviços e ações de atenção e intervenção em saúde mental, este profissional necessita, por meio de sua especificidade, contribuir para que a proposição do cuidado seja ampliada, bem como a possibilidade do resgate, pelos sujeitos, de seus direitos e cidadania¹¹.

O trabalho é compreendido pelo terapeuta ocupacional como socialmente construído e como elemento central na vida dos indivíduos, que pode viabilizar a ampliação de relações pessoais e sociais, a inserção no universo de produção e consumo, a independência e autonomia em relação à família e à sociedade, bem como o exercício de cidadania⁹. Destaca-se, que no âmbito da saúde mental, o trabalho proposto aos usuários alcança a possibilidade de promover a articulação entre os interesses, necessidades e desejos se compreendido como inserção laborativa¹² e, portanto, se pautado nos pressupostos da reabilitação psicossocial.

Assim, aponta-se a importância do terapeuta ocupacional em ações de promoção da inserção no trabalho, destacando sua atuação em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental as quais vem sendo difundidas e estimuladas por políticas públicas como alternativa de inclusão social para os usuários de serviços de saúde mental.

Diante do exposto, esta pesquisa de mestrado teve como objetivo geral investigar a prática dos terapeutas ocupacionais que trabalham em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental no estado de São Paulo. Foram objetivos específicos do estudo: caracterizar as iniciativas de geração de trabalho e renda; identificar aspectos da formação profissional que contribuíram na

atuação do terapeuta ocupacional nestas iniciativas e identificar se estas iniciativas estão vinculadas ao movimento da economia solidária.

Foram identificadas no estudo 6 categorias temáticas a saber:

- Identificando as atividades desenvolvidas pelo terapeuta ocupacional e a necessidade de construção de um novo fazer;
- Terapia Ocupacional e o trabalho em equipe na geração de trabalho e renda;
- A prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda e a contribuição dos fundamentos da profissão;
- As dimensões do trabalho como norteador da prática no contexto de geração de trabalho e renda;
- A economia solidária como referência para a organização do trabalho e da prática do terapeuta ocupacional nos espaços de geração de trabalho e renda;
- Dificuldades e desafios encontrados no âmbito da proposta de geração de trabalho e renda.

Este artigo é um recorte da pesquisa e, desta forma, apresentará apenas 2 das 6 categorias identificadas no estudo. São elas: “A prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda e a contribuição dos fundamentos da profissão” e “As dimensões do trabalho como norteador da prática no contexto de geração de trabalho e renda”.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos, tendo sido aprovado sob o Número de Parecer 137.628./CAAE: 05460812.9.0000.5504. Somente após a aprovação deu-se início à coleta de dados.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que utilizou dois instrumentos para a coleta de dados, um questionário semiestruturado e um roteiro de entrevista semiestruturado, ambos construídos a partir da revisão da literatura da área e baseado nos objetivos estabelecidos na pesquisa.

O questionário semiestruturado visou caracterizar os participantes e as iniciativas de geração de trabalho e renda.

O roteiro de entrevista buscou investigar e aprofundar o conhecimento acerca da prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda. Foi composto por 14 questões que abordaram aspectos tais como:

atividades desenvolvidas pelo terapeuta ocupacional; conhecimentos necessários para atuação neste contexto; facilidades e dificuldades encontradas na prática; concepção acerca da relação entre terapia ocupacional e geração de trabalho e renda; concepção acerca da relação entre geração de trabalho e renda e economia solidária, entre outros.

Participantes

Participaram da pesquisa 16 terapeutas ocupacionais que atuam em iniciativas de geração de trabalho e renda destinadas a usuários da saúde mental no estado de São Paulo presentes no Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST). O total de participantes era do sexo feminino, com idade variando entre 27 e 50 anos.

O tempo de formação profissional das participantes variou entre 4 e 27 anos. Todas se formaram no estado de São Paulo, sendo que 6 estudaram em Universidade Pública e 10 em Universidade Privada. O tempo de atuação nas iniciativas de geração de trabalho e renda variou entre 9 meses e 15 anos.

Campo de estudo

O campo de estudo foi composto por 10 iniciativas de geração de trabalho e renda distribuídas em cinco cidades do estado de São Paulo cadastradas no CIST. Adotou-se como critérios de inclusão as iniciativas que estivessem cadastradas no CIST, em funcionamento e com o terapeuta ocupacional atuando.

Procedimentos

Coleta de dados

A identificação das iniciativas foi feita por meio de consulta ao banco de dados de iniciativas de geração de renda disponível na página eletrônica do Ministério da Saúde. No documento constavam 99 iniciativas de geração de trabalho e renda distribuídas em 24 cidades do Estado de São Paulo.

O contato com as iniciativas foi realizado por meio de ligações telefônicas e por meio do envio de mensagem de correio eletrônico. Ao final dos contatos identificou-se que, das 99 iniciativas, apenas 14 atendiam aos critérios de inclusão, ou seja, estavam ativas e tinham o terapeuta ocupacional atuando. A estes locais foi solicitada autorização por escrito para a realização da pesquisa e, após a autorização ser concedida, foi feito o convite às participantes por meio de contato telefônico e mensagem de e-mail explicando os objetivos da pesquisa, mencionando a

liberdade de participação ou não, bem como o cumprimento dos aspectos éticos.

Às 23 profissionais que aceitaram participar do estudo foi solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para as que assinaram, foi enviado o questionário semiestruturado por correio eletrônico em formato Word, solicitado que respondessem no próprio documento e encaminhassem de volta também por correio eletrônico.

Finalizado o prazo para o preenchimento do questionário, foram respondidos 18 dos 23 questionários enviados. Entretanto, após minuciosa análise, dois deles foram excluídos por identificarem as iniciativas como oficinas terapêuticas e não como propostas de geração de trabalho e renda.

Portanto, o número final de profissionais participantes foi 16 e o número de iniciativas de geração de trabalho e renda nas quais as profissionais estavam atuando foi 10 distribuídas em 5 cidades do Estado de São Paulo.

A segunda etapa da coleta de dados consistiu na realização da entrevista. Foram selecionadas e convidadas a participar da entrevista 12 das 16 terapeutas ocupacionais que responderam o questionário. Adotou-se como critério de inclusão e participação nesta etapa as profissionais que tivessem respondido ao maior número de questões do questionário e em maior profundidade, bem como tivessem mais tempo de acompanhamento das iniciativas, as quais estivessem mais consolidadas e com mais tempo de existência.

As 12 profissionais selecionadas aceitaram participar da entrevista. Destaca-se que 11 entrevistas ocorreram no local de trabalho das participantes e uma ocorreu por meio do Software Skype.

Análise dos dados

Os dados provenientes dos questionários foram analisados de maneira descritiva, a partir da ordenação e numeração do recebimento destes pela pesquisadora, sendo organizados sequencialmente a partir das perguntas respondidas.

As entrevistas foram transcritas na íntegra, organizadas a partir da ordem de realização e seu conteúdo foi submetido à Técnica de Análise Temática¹³, resultando em 6 categorias temáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados nesta seção os principais resultados referentes às categorias “A prática do terapeuta

ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda e a contribuição dos fundamentos da profissão” e “As dimensões do trabalho como norteador da prática no contexto de geração de trabalho e renda”, ou seja, duas das seis identificadas.

Optou-se por apresentar apenas os resultados referentes às duas categorias considerando que, desta forma, seria possível explorar em profundidade aspectos fundamentais para o conhecimento da prática desenvolvida por terapeutas ocupacionais em iniciativas de geração de trabalho e renda, uma vez que se trata de um campo emergente de atuação e ainda pouco explorado no âmbito da terapia ocupacional.

A prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda e a contribuição dos fundamentos da profissão

As entrevistas mostram que as profissionais reconhecem nas propostas de geração de trabalho e renda uma prática característica do terapeuta ocupacional e isso se justifica por aspectos que dizem respeito ao perfil de formação em terapia ocupacional, bem como aos fundamentos que norteiam a prática e contribuem para a sua atuação. O relato a seguir comprova essa consideração:

“Eu acho que a terapia ocupacional e a geração de renda têm a ver porque o terapeuta ocupacional [...] já tem essa experiência na formação [...], já tem esse aprendizado do trabalho, da atividade, da ocupação [...]”. (T2)

Dentre os atributos que justificam a afinidade do terapeuta ocupacional com a prática nas iniciativas de geração de trabalho e renda, as profissionais apontaram a atividade como um recurso da terapia ocupacional que está presente neste contexto e com a qual este profissional sabe lidar. Foram enfatizadas também questões a respeito da atividade, tais como: o fazer, a ação humana, o trabalho como uma atividade humana, a habilidade do terapeuta ocupacional em lidar com os diferentes tipos de atividade e com o fazer das pessoas.

No que se refere à atividade, destaca-se que esta se caracteriza como um recurso e domínio da terapia ocupacional desde o surgimento da profissão. Na atualidade, a perspectiva conceitual e prática de sua utilização remonta ao processo de transformação de sua concepção pelos terapeutas ocupacionais ao longo do desenvolvimento da profissão.

Nessa direção, Castro et al.¹⁴, traçando o histórico acerca da utilização da atividade pelos terapeutas ocupacionais no Brasil, destacam os principais eventos

históricos que ocorreram e que influenciaram a maneira como a atividade foi sendo pensada e proposta na prática profissional. Dentre eles destaca-se o momento, entre os anos 1970 e 1980, de forte questionamento quanto ao papel dos técnicos nas instituições asilares e na atuação com as populações, que redimensionou o papel do terapeuta ocupacional. Os profissionais passaram a questionar a condição da assistência oferecida aos seus pacientes e seu papel ambíguo que oscilava entre a função terapêutica e a função de controle social¹⁴.

À problematização da função exercida pelos profissionais, outros dois eventos, no âmbito das propostas de cuidado em saúde, contribuíram para o fortalecimento da atuação interdisciplinar e para que as atividades e a prática do terapeuta ocupacional ganhassem em novos sentidos. São eles: a organização das pessoas com deficiência na luta por direitos às mesmas oportunidades dos demais cidadãos e pela melhoria de suas condições de vida; e a proposta de desinstitucionalização psiquiátrica orientada pela defesa dos direitos de cidadania e pela transformação concreta na vida das pessoas¹⁴.

Nesse contexto se desenvolve a nova concepção de reabilitação, que preconiza a construção dos direitos dos sujeitos e das transformações nos vários âmbitos da vida das pessoas consideradas excluídas. Este novo contexto da saúde e das propostas da reabilitação psicossocial viabiliza que as atividades se caracterizem como importantes instrumentos no processo de transformação de uma lógica de exclusão e práticas alienadas¹⁴.

As entrevistas possibilitaram a apreensão de que um dos pilares que respaldam as práticas do terapeuta ocupacional nas iniciativas de geração de trabalho e renda são os conhecimentos próprios da profissão, como o conhecimento sobre as atividades, a ação humana, o cotidiano. Tais aspectos são reconhecidos pelas participantes como o diferencial do terapeuta ocupacional no trabalho, sendo apontado, por vezes, como facilitadores da atuação.

O relato seguinte ilustra aspectos que as participantes reconhecem como próprios da profissão presentes no contexto de suas práticas cotidianas:

“Porque a gente aprende que a atividade é própria do ser humano, ele desenvolve atividade para a sobrevivência, para ser feliz, para realizar, os cuidados pessoais, enfim, a atividade é muito ampla na vida do ser humano [...] esse trabalho de geração de renda, inclusão social está na formação do terapeuta ocupacional, ele aprende a fazer isso, a promover o ser humano através das atividades, valorizar a pessoa através de fazeres...”. (T2)

Foi possível identificar na fala das participantes a maneira como lidam com demandas dos usuários que dizem

respeito a habilidade do terapeuta ocupacional de lidar com a atividade e com as adaptações necessárias. Essa condição se expressa nos relatos a seguir:

“Eu acho que a gente tem essa prática [...] de fazer junto, sentar, bolar junto alguma coisa, pensar junto em como fazer melhor; eu acho que isso é uma ferramenta que o terapeuta ocupacional já tem [...]”. (T5)

“Acho que isso, [...] que eu acabei falando [...] de poder pensar em como essa atividade está sendo realizada, em como ela pode ser realizada por diferentes pessoas [...] que podem ter mais ansiedade, pessoas que podem ter mais sofrimento mental [...] eu sempre lidei muito com o fazer [...], nunca abandonei essa ideia [...]”. (T12)

Os relatos evidenciam a forma particular do terapeuta ocupacional em lidar com a atividade, em lidar com o sujeito em atividade, em avaliar como ela pode ser feita por diferentes pessoas, as adaptações que podem ser necessárias para que ela seja executada, bem como o fazer junto como uma habilidade deste profissional. Essa característica também ficou evidente no estudo desenvolvido por Lopes e Leão¹⁵, que ao buscar conhecer a prática desenvolvida pelos terapeutas ocupacionais nos CeCCos de São Paulo entre 1989 à 2000, puderam constatar que uma das características que diferencia o terapeuta ocupacional dos demais técnicos é o uso da atividade, a forma como analisa e adapta as atividades quando estão sendo executadas, considerando as demandas e necessidades dos sujeitos, atentando sempre para a forma com que esse sujeito se relaciona com as outras pessoas, com seu trabalho e com sua atividade.

A despeito da proximidade e afinidade da terapia ocupacional com os projetos de geração de trabalho e renda, as participantes apontaram que este não é um saber exclusivo da terapia ocupacional e que pode e deve contar com a atuação ou coordenação de outros profissionais. Entretanto reconhecem e reforçam que o terapeuta ocupacional tem mais afinidade e facilidade em função de sua formação, conhecimentos e habilidades. Isso fica evidente no relato a seguir:

“Mas o trabalho, a geração de renda não é específico [da terapia ocupacional], outros profissionais da saúde mental acho que têm esse olhar, esse cuidado [...]. Mas eu acho que o terapeuta ocupacional tem mais habilidade, tem mais facilidade, por questão de formação mesmo”. (T2)

Dois participantes justificaram porque este não é um contexto de atuação exclusivo da terapia ocupacional, como vem expresso nos relatos a seguir:

“[...] acho que não é exclusivo da TO [...] eu estou falando da ação humana e o fazer ele é intrínseco ao homem [...], é do

cotidiano das pessoas, e a gente faz o tempo todo, a gente produz o tempo todo, então isso não dá para ser exclusivo da TO. Fazer está no mundo, está nas coisas, está nas pessoas, mas é claro que [...] o terapeuta ocupacional é o profissional que tem um olhar mais cuidadoso para isso". (T11)

"[...] quando [...] não conhecia os equipamentos [...] de geração de trabalho e renda eu entendia que esse era um trabalho muito mais de um terapeuta ocupacional porque a gente estava lidando com a atividade, lidando com o fazer, então eu entendia que isso estava muito mais próximo ao TO [...] aí vivendo um cotidiano de oficinas você entende que isso vai muito mais além, que o fazer humano não está como a gente aprende categoricamente na Universidade, que ele vai para além da terapia ocupacional e das fronteiras da TO [...] não é stricto sensu da terapia ocupacional". (T9)

Os relatos evidenciam que alguns elementos e princípios que podem ser considerados domínios da terapia ocupacional tomam outra dimensão e, portanto justifica do ponto de vista das participantes, a atuação de outros profissionais. Essa situação sugere que as profissionais diferenciam a atuação do terapeuta ocupacional no contexto de geração de trabalho e renda de sua atuação no contexto da clínica, do tratamento e da reabilitação, isso porque em ambos os contextos o profissional lida com o fazer, com a atividade, com a ação humana, entre outros, mas com enfoques diferentes.

Nesse sentido, os profissionais mostram a compreensão sobre a atividade e sobre a sua atuação, no contexto das iniciativas de geração de trabalho e renda, que atende à premissa da proposição do trabalho como um meio de participação em trocas sociais e materiais.

Uma das participantes considerou como desafio a atuação do terapeuta ocupacional no contexto de geração de trabalho e renda justamente porque ela reconhece que sua prática ultrapassa a clínica e as intervenções terapêuticas:

"[...] é um desafio [...] estar na geração de renda por isso, porque você sai só do clínico [...] sai do terapêutico, sai do grupo de TO [...], você vai para coisas maiores [...], de mercado". (T5)

Este relato suscita a reflexão acerca do lugar que as terapeutas ocupacionais têm ocupado na relação com os usuários neste contexto de trabalho. Ou seja, deve haver a reinvenção desta relação que, ao transcender a terapêutica, se construa no plano da horizontalidade e assim, viabilize a emancipação dos sujeitos frente à proposta de trabalho. Para tanto, é fundamental que a relação estabelecida com o usuário seja de parceria, de construção coletiva, mas principalmente, produtora de protagonismo e autonomia. Que os sujeitos possam assumir com maior apropriação e autonomia as atividades e responsabilidades nas iniciativas.

Entretanto, a proposta de reinventar a relação implica em assumir outro lugar nesta, ou seja, de se colocar como apoio e facilitador dos processos de trabalho dos usuários. Questiona-se: esta perspectiva tem sido possível e esta mudança de lugar tem sido construída?

As dimensões do trabalho como norteador da prática no contexto de geração de trabalho e renda

O tema trabalho permeou os depoimentos das participantes sendo abordado de várias maneiras: na perspectiva de ser um conhecimento que as profissionais aprendem desde a graduação e com o qual guardam afinidade e compreensão – o que viabiliza a atuação no contexto de geração de trabalho e renda – e sobrepensar o trabalho sob perspectiva reflexiva. Expressam que desenvolvem suas práticas alicerçadas nas concepções sobre a importância do trabalho na vida das pessoas, nas contradições que o trabalho comporta e na função que este exerce na vida das pessoas.

Também pontuam suas expectativas em relação à promoção de vida e transformações que os usuários podem vivenciar por meio do trabalho desenvolvido nas iniciativas de geração de trabalho e renda. Essa constatação sugere que as terapeutas ocupacionais estão implicadas com as diferentes dimensões do trabalho em sua atuação nos contextos de geração de trabalho e renda e que isso vem sendo posto em prática na vida diária com os usuários.

Nesse sentido, apreende-se que as profissionais têm trabalhado com vistas a legitimar a questão do trabalho como tudo o que ele implica e isso denota a prática comprometida com os pressupostos da reabilitação psicossocial.

A respeito da perspectiva reflexiva cabe à consideração de Saraceno¹², de que não é possível conceber projetos de reabilitação por meio do trabalho sem antes refletir acerca dos sentidos que o trabalho comporta.

Nessa direção, a maneira como as participantes apresentam suas concepções sobre o trabalho, contextualizado nas iniciativas, está em consonância com essa proposição na medida em que, ao expressarem pensar a importância das várias dimensões do trabalho evidenciam estar comprometidas com o sentido deste para os usuários.

Embora fique evidente nos relatos das participantes como percebem a proximidade da terapia ocupacional com o tema do trabalho, foi possível identificar em dois depoimentos que elas reconhecem que a profissão já fez uso do trabalho sob uma perspectiva de "ocupação terapêutica", mas que isso vem se transformando nos contextos de geração de trabalho e renda. As profissionais fazem distinção do uso que os terapeutas ocupacionais já fizeram do trabalho e do que fazem agora, evidenciando a mudança no perfil de

atuação desse profissional nesses contextos.

Esta noção é também discutida no estudo de Almeida e Trevisan¹⁶ para as quais, no contexto atual de transformação das concepções e dispositivos de intervenção em saúde mental, o terapeuta ocupacional foi capaz de identificar a valorização da atividade humana e do trabalho para o âmbito da saúde mental e para a inclusão social dos sujeitos e, assim, se dispôs a transpor a concepção de atividade como recurso terapêutico ou como forma de ocupação do tempo ocioso como difundido nas práticas tradicionais.

Nesse sentido, é possível admitir que o terapeuta ocupacional assume outra concepção sobre o trabalho, entendido como direito e dispositivo de inclusão social e conquista de autonomia e cidadania. Isso confere ao profissional nova postura a respeito da compreensão sobre inclusão social e como esta pode se dar por meio da inserção dos indivíduos em contextos de trabalhos produtivos, que permitam trocas sociais e materiais e, portanto, distanciem-se da concepção de trabalho terapêutico.

Os relatos seguintes ilustram a maneira como as profissionais concebem o trabalho:

“[...] eu acho que o trabalho é o que orienta a vida de qualquer pessoa, a gente organiza a vida a partir do trabalho. Então, quantas horas você trabalha por dia? Qual é a sua profissão? [...] são perguntas que todo mundo escuta. Quando você vai se apresentar para alguém, ou quando alguém quer te conhecer, a primeira coisa que ele pergunta é: o que você faz? Então eu acho que o trabalho ele tem essa função de organizar a vida”. (T4)

“Eu particularmente acho que o trabalho é o eixo de tocar a vida fundamental, não que eu ache que todo mundo tem que trabalhar e quem não consegue fazer nada faz de conta que trabalha [...] Mas eu acho que, para uma boa parte das pessoas, o trabalho é o eixo de integração, de convívio, de valorização pessoal [...]”. (T7)

Os relatos anteriores apontam para o trabalho como uma categoria central na vida dos sujeitos, como um dos pilares de sustentação da vida cotidiana. Nessa direção, Lussi et al.¹⁷ consideram que o valor do trabalho, como uma prática que viabiliza a integração e legitimidade dos sujeitos na sociedade, tem seu reconhecimento em diferentes comunidades, grupos e classes sociais. Assim, para as autoras, poder voltar a fazer parte do mundo do trabalho, ou até mesmo iniciar esta entrada, aumenta as possibilidades de inserção social, de melhores condições de saúde e de qualidade de vida.

A despeito da abordagem positiva apresentada pelas participantes acerca da importância e função do trabalho, evidenciou-se na fala de algumas profissionais o reconhecimento quanto às contradições que o trabalho

pode comportar ficando evidente a necessidade do terapeuta ocupacional se apropriar destes aspectos relativos ao mundo do trabalho, como vem expresso:

“[...] eu acho que a gente precisa estudar muito e discutir muito os sentidos da reabilitação, os sentidos do trabalho para as pessoas porque o trabalho comporta essa contradição tanto ele é escravizante vamos dizer assim, alienante, ou opressor; como ele também tem um outro aspecto que é o libertador; que é o que possibilita uma série de coisas tanto no campo da sociabilidade como concretamente, ganhar dinheiro e sustentar; isso também provoca mais ganhos ainda simbólicos. Então eu acho que a gente precisa estudar muito sobre isso, a questão do trabalho, do mundo do trabalho, o mundo do trabalho nessa formação capitalista [...]”. (T7)

Este relato aponta para a importância de refletir acerca da conformação do trabalho capitalista. Nesse sentido, é imprescindível avaliar em profundidade como o trabalho tem se configurado na sociedade atual e, principalmente, de que maneira ele está disponível/acessível para absorver as parcelas excluídas da sociedade, dentre elas, os usuários da saúde mental. O estudo de Pitta¹⁸ contribui para esta reflexão e aponta que “O homem moderno, acriticamente, persegue formas de inclusão social pelo trabalho, desconsiderando o fato desse trabalho não ser nem tão disponível nem tão flexível para suportar as diferentes demandas individuais e coletivas que a sociedade moderna impõe” (p.24).

Talvez a perspectiva apresentada pela autora seja um bom disparador para a discussão crítica acerca da proposição do trabalho no âmbito da saúde mental e, principalmente, para se pensar sob qual modalidade e referencial este trabalho será proposto. É a partir da discussão do sentido do trabalho e de sua configuração que se faz um diálogo efetivo com a economia solidária como modelo viável e condizente com a perspectiva da saúde mental. Entretanto, antecipa-se aqui que, sob o olhar da economia solidária, a construção do trabalho, sua função e sentido para o sujeito rompem em vários aspectos com o modo de produção capitalista, o que requer o aprofundamento teórico e prático sobre o que significa o trabalho solidário e quais transformações nas relações de trabalho são necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados evidenciam o potencial da prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental, revelam contribuições importantes para o desenvolvimento destas propostas, bem como para o campo da terapia ocupacional.

Foi possível verificar a concepção amadurecida, por parte das profissionais, acerca da compreensão da atividade

e do trabalho nestes contextos que rompem com a concepção terapêutica, demonstrando uma prática condizente com os pressupostos da reabilitação psicossocial e com o que vem sendo preconizado pela política de inclusão social pelo trabalho.

Aponta-se a importância e necessidade de novos estudos que evidenciem aspectos da prática do terapeuta ocupacional neste contexto contribuindo com subsídios teóricos e práticos para o campo.

REFERÊNCIAS

1. Amarante P, coordenador. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2a ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1998.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília (DF); 2005. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_15_anos_caracas.pdf.
3. Delgado PG. Economia solidária e saúde mental. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho. Brasília (DF); 2005. p.15-30. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saude_mental_economia_solidaria.pdf.
4. Amarante P. Saúde mental e atenção psicossocial. 2a ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho. Balanço da política, análise da expansão da Rede Brasileira de Saúde Mental e Economia Solidária, e agenda para os próximos anos. Brasília (DF); 2010.
6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Coordenação de Saúde Mental. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária instituído pela Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005; 2006. Brasília (DF). Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/recomendacoes_econ_solidaria.pdf.
7. Alcântara LC. Economia solidária e oficinas de trabalho na saúde mental. In: Merhy EE, Amaral H. A reforma psiquiátrica no cotidiano II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; 2007. p.151-81.
8. Nascimento BA. Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas [Dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 1991.
9. Carretta RYD, Lobato BC. A experiência de um projeto de extensão multidisciplinar no fomento à geração de renda cooperativa e solidária: a contribuição da terapia ocupacional. Rev Cult Ext USP, São Paulo. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rce/issue/view/87>.
10. Ribeiro MBS, Oliveira LR. Terapia Ocupacional e saúde mental: construindo lugares de inclusão social. Interface, Botucatu. 2005;9(17):425-31. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832005000200023>.
11. Ribeiro MC, Machado AL. A Terapia Ocupacional e as novas formas do cuidar em saúde mental. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2008;19(2):72-5.
12. Saraceno B. Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. 2a ed. Rio de Janeiro: Te Corá/ Instituto Franco Basaglia; 2001.
13. Bardin L. Análise de conteúdo. 5a ed. Lisboa: Edições 70; 2008.
14. Castro ED, Lima EMFA, Brunello MIB. Atividades humanas e terapia ocupacional. In: De Carlo MMRP, Bartalotti CC, organizadores. Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus; 2001. p.41-59.
15. Lopes RE, Leão A. Terapeutas ocupacionais e os centros de convivência e cooperativas: novas ações de saúde. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2002;13(2):56-63.
16. Almeida DT, Trevisan ER. Estratégias de intervenção da terapia ocupacional em consonância com as transformações da assistência em saúde mental no Brasil. Interface, Botucatu. 2011;15(36):299-308. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832010005000030>.
17. Lussi IAO, Matsukura TS, Hahn MS. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. Mundo Saúde, São Paulo. 2010;34(2):284-90. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/75/284a290.pdf.
18. Pitta AMF. Reabilitação psicossocial no Brasil. 2a ed. São Paulo: Hucitec; 2001. Cap. I, p.19-26: O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje?

Recebido para publicação: 27/09/2014

Aceito para publicação: 12/12/2014